



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

PREGÃO ELETRÔNICO

15/2026 - CCC

Processo Administrativo nº 7677/2026-SEMSA

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI

OBJETO

Registro de Preços para eventual contratação de serviços gráficos com fornecimento de material, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Coari/AM.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ XX.XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 09/04/2026 às 09h:30MIN (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de 0,10 (Dez centavo de real) sobre o valor unitário do item.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM / NÃO



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

Sumário

1. DO OBJETO.....	03
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	03
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	03
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	05
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	08
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
9. DOS RECURSOS	24
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	25
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	28
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	29
13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	30
14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	30



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026 - CCC
REGISTRO DE PREÇOS

(Processo Administrativo nº 7677/2026-SEMSA)

Torna-se público que o Município de Coari - Amazonas, por meio de seu Pregoeiro e de sua equipe de apoio, membros da Comissão de Contratação, com endereço situado à Rua 05 de Setembro, 461, – Bairro Centro, Coari - AM, 69460-00, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023 e do Decreto Nº 1116, de 29 de fevereiro de 2025, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para eventual contratação de serviços gráficos com fornecimento de material, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Coari/AM.

1.2 A licitação será composta por **281 (duzentos e oitenta e um) itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 Havendo divergência entre as especificações descritas neste Edital e as lançadas no site www.licitacoari.com.br, prevalecerão as do Edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no portal www.licitacoari.com.br.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio que não estiverem em conformidade com o art. 15 da Lei nº 14.133/21;

3.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.12. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.5.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.5.15. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.5.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.5.17. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

4.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

4.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e julgamento.

5.2. Nos termos do §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública opta pela inversão da sequência das fases licitatórias, justifica-se a antecipação da fase de habilitação em relação às fases de apresentação de propostas e de julgamento, conforme a seguir exposto:

5.2.1 A inversão permitirá que o Pregoeiro avalie com mais critério a habilitação das empresas, especialmente no tocante à capacidade técnica compatível com a complexidade e o volume dos serviços a serem contratados. Dessa forma, a fase de lances será restrita apenas às empresas que comprovadamente atendam às exigências legais e contratuais, assegurando a execução dos serviços com a qualidade necessária e o cumprimento dos prazos pactuados.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

5.2.2 A complexidade técnica da proposta exige elaboração cuidadosa e compatível com a realidade do objeto. Limitar a competição apenas entre empresas previamente habilitadas assegura maior adequação e coerência entre as propostas apresentadas e a execução efetiva dos serviços, aumentando a chance de contratação mais vantajosa para o erário

5.2.3 A habilitação prévia permite que o julgamento se concentre apenas nas propostas de empresas efetivamente aptas, otimizando os trabalhos da Pregoeira, reduzindo prazos e aumentando a segurança dos atos administrativos.

5.2.4 A medida está alinhada à busca pela eficiência e pela efetividade das contratações, conforme princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar o resultado esperado e atender o interesse público com maior segurança jurídica e técnica.

5.2.5 Historicamente, observa-se em certames a prática de ingresso de licitantes sem capacidade real de execução do objeto, que apresentam propostas com valores artificialmente baixos apenas para tumultuar o processo. Ao exigir a comprovação prévia da habilitação, reduz-se o ingresso de tais "coelhos", preservando a seriedade e a competitividade do certame.

5.2.6 A inversão da habilitação contribui para que apenas empresas comprovadamente idôneas e capacitadas participem da etapa de lances. Essa medida combate a prática de ofertas temerárias — preços excessivamente baixos que, embora aparentemente vantajosos, acarretam risco elevado de inexecução, paralisação do contrato ou posterior necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, onerando o erário

5.2.7 A medida fortalece a Pregão entre licitantes tecnicamente aptos, eleva o padrão de qualidade das propostas apresentadas e favorece a seleção de ofertas verdadeiramente exequíveis, que possam resultar na contratação mais vantajosa para a Administração, conforme os princípios do interesse público, da eficiência e da economicidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021)

5.2.8 Ao reduzir o risco de adjudicação a empresas inidôneas, a inversão da fase de habilitação reforça a governança das contratações públicas, minimiza a judicialização dos processos e proporciona maior estabilidade para a execução do contrato.

5.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.16. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.16.1. O valor unitário e total ofertado para cada item, Preços expressos em algarismos e por extenso;

5.16.1.1. Havendo divergência entre o valor em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.

5.16.1.2. Em caso de divergência entre os valores unitários e valores globais serão considerados os primeiros, estando autorizado o Pregoeiro a proceder aos cálculos aritméticos para obtenção do valor global, cujo resultado não poderá ser diferente (a maior) do preço já registrado no procedimento, sob pena de desclassificação

5.16.2. Marca/modelo do produto (poderá ser justificado se não for o caso);

5.16.3. Fabricante;

5.16.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.17. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.18. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.19. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

5.20. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.22. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.23. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.24. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.24.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 6.9.

5.25. Após a apresentação da proposta de preços, o licitante estará aceitando os requisitos mínimos para participação no(s) item(ns) informado(s) de acordo com o previsto no edital, efetivando sua participação no presente certame licitatório.

5.26 O licitante, ao aceitar os requisitos mínimos de participação na forma do item 5.25, fica ciente que:

5.26.1 Os serviços serão solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador da Ata, através de Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.

5.26.2 Para cumprimento da obrigação, a entrega deve satisfazer os seguintes requisitos:

5.26.2.1 Serviços gráficos com fornecimento de material, de acordo com as especificações técnica mencionadas neste Termo de Referência.

5.26.2.2 Quantidades em conformidade com o estabelecido na Requisição

5.26.2.3 Entrega no prazo, local e horários previstos neste Termo de Referência



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

5.26.2.4 As Condições de entrega estão definidas de acordo com o Item 5. Modelo de Execução do Objeto – Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

5.26.3.1 A licitante vencedora indicará um procurador ou representante legal em Coari (AM), responsável pelo recebimento e desembarque do objeto nas embarcações, pelo acompanhamento da conferência e entregas nos locais.

5.27. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Serão desclassificadas as propostas que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. Conforme art. 22, §1º da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,10 (Dez centavo de real) sobre o valor unitário do item.**

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.12. Neste certame será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “ABERTO”**, devendo os licitantes apresentarem lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. A licitante melhor classificada é aquela que apresentar a menor proposta de preço unitário e total por item, sujeitando-se ainda a etapa de negociação.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

6.23. Não poderão constar na proposta apresentada preços unitários superiores aos valores estimados pela Administração. Caso sejam identificados preços unitários superiores, será permitido, uma única vez, ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a adequação dos preços unitários de sua proposta, no prazo máximo de 10 (dez) minutos.

6.24. Em caso de recusa do licitante quanto à promoção dos ajustes solicitados, será convocado o licitante subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação até a seleção da proposta mais vantajosa ao órgão com consequente atendimento do critério supracitado.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 5.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

7.7.6. Deixar de apresentar, no prazo estabelecido, a proposta reformulada contendo os preços finais dos itens arrematados, inviabilizando a formalização da proposta vencedora;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

7.7.7. Apresentar a prática conhecida como “jogo de planilha”, consistente na inclusão deliberada de preços artificialmente baixos em diversos itens, com o intuito de selecionar apenas os itens mais vantajosos economicamente após o certame, conduta que fere os princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, podendo ensejar a desclassificação da proposta em sua totalidade, nos termos de precedentes do Tribunal de Contas da União (ex.: Acórdãos 2.242/2015 e 1.214/2013, Plenário).

7.8. No caso de bens e serviços em geral, poderá ser indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, o que será avaliado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio em cada caso.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8.1.3. Para efeitos da diligência serão solicitados os seguintes documentos:

7.8.1.3.1 Declaração de cumprir fielmente com os preços registrados pelo período de vigência da ata sem qualquer solicitação de reajuste ou reequilíbrio econômico financeiro.

7.8.1.3.2 Apresentação contratos ou notas fiscais que a licitante mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada que comprove os preços apresentado nos lances.

7.8.1.3.3 Apresentação notas fiscais de entrada ou cotação dos itens arrematados referente as aquisições.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de **amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

7.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.14.1. Neste certame específico não será exigida Amostra.

7.15. O artigo 58 da Lei nº 14.133, de 2021, admite a exigência de recolhimento de quantia à título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação. Se o Termo de Referência indicar a garantia de proposta, será dever do licitante promover o recolhimento da garantia de proposta e esta exigência será verificada pelo pregoeiro e sua equipe de apoio.

7.15.1. Neste certame específico não será exigida garantia de proposta.

7.16. Prevenção à prática de “jogo de planilha”

7.16.1. A proposta deverá apresentar coerência entre os preços unitários ofertados, sendo vedada a apresentação de valores significativamente inferiores ao custo de mercado em determinados itens, com o intuito de posterior desistência ou não fornecimento.

7.16.2. A ausência de envio da proposta reformulada com os preços finais dos itens arrematados, conforme solicitado pela Administração, ensejará a desclassificação integral da proposta, por configurar desconformidade insanável (nos termos do item 7.7).

7.16.3. O Pregoeiro poderá desclassificar a proposta, total ou parcialmente, quando constatar indícios de inexecutabilidade ou de manipulação nos preços, caracterizando-se prática de “jogo de



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

planilha”, com base nos Acórdãos 2.242/2015 e 1.214/2013 do TCU.

5.16.4. Na hipótese de utilização de julgamento por menor preço por item, será analisada a viabilidade técnica e econômica global da proposta, sendo passível de desclassificação aquela que comprometer a execução contratual.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. A [habilitação jurídica](#) visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, sendo assim exigido:

8.1.2.1. **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.2.2. **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.1.2.3. **No caso de Sociedade Unipessoal:** ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seu administrador;

8.1.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.1.2.5. **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

8.1.2.6. **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 1971;

8.1.2.7. **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização;

8.1.2.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.1.2.9. Documentos pessoais do(s) administrador(es) da empresa licitante indicado(s) no ato constitutivo.

8.2. A documentação relativa à **habilitação técnica** será restrita a:

8.2.1. Qualificação Técnica

8.2.1.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

8.2.1.2. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.2.2. Qualificação Técnico-Operacional

8.2.2.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2.2.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

8.2.2.2.1. Quantidade compatível com o objeto da licitação;

8.2.2.2.2. Obedeceu ao prazo de entrega em outros órgãos/entes.

8.2.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

- 8.2.4. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já executou pelo menos 10% das quantidades descritas na proposta de preços apresentada nesta licitação.
- 8.2.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 8.2.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 8.2.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor
- 8.2.8. Os atestados deverão ser apresentados em papel timbrado de quem está emitindo (empresa privada ou órgão público), sempre que possuir;
- 8.2.9. Ser especificado os dados completos da empresa privada ou do órgão público emitente (razão social, CNPJ, endereço);
- 8.2.10. Conter a assinatura e dados do responsável (com carimbo se possível) que responda pela empresa ou órgão emitente;
- 8.2.11. Constar os dados da empresa atestada (razão social, CNPJ, endereço);
- 8.2.18. Caso admitida a **participação de cooperativas**, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.2.18.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.2.18.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.2.18.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

8.2.18.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.2.18.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.2.18.5.1. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.2.18.5.2. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.2.19. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.3. As **habilitações fiscal, social e trabalhista** serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

VII - Apresentar declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social no percentual legal estipulado no item 6.9 (20%).

8.4.1. Os documentos referidos nos incisos do subitem anterior poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.4.2. A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do subitem 8.3 deverá ser feita na forma da legislação específica.

8.5. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

III – Apresentar declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

8.5.1. Serão aceitas as demonstrações contábeis arquivadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou órgão equivalente, ou ainda aquelas apresentadas na forma de Escrituração Contábil Digital (ECD) junto ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) assinados pelo contabilista e pelo responsável legal da empresa, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2003/2021, suas exceções e alterações

8.5.2. Os documentos exigidos na Condição anterior deverão comprovar:

8.5.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1;

8.5.2.2. Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicafe, for



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

igual ou inferior a 1.

8.5.2.3. A habilitação econômico-financeira deverá ser assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

8.5.2.4. Os documentos referidos no inciso I do item 8.5 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.6.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.7. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.7.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada, por cópia, ou por qualquer outro meio legalmente admitido.

8.9. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.13. Considerando que a Lei nº 5.916, de 1.º de Junho de 2022, que alterou a Lei Promulgada nº 241, de 31 de março de 2015, ambas do Estado do Amazonas, determina que o Poder Público estabelecerá, em todos os contratos firmados com empresas ou entidades prestadoras de serviços, a exigência de preencher o percentual mínimo de 20% (vinte por cento) de pessoas com deficiência durante toda a contratualidade, passa a ser dever do licitante apresentar declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social no percentual legal estipulado.

8.14. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas.

8.15. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.15.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.16. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.16.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.17. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.17.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.17.2. A prorrogação de que trata o subitem anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação/pregoeiro ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

II - de ofício, a critério do agente de contratação/pregoeiro ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o *caput*.

8.18. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.19. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.19.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.19.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.20. Conforme [Lei 14.133/21 \(art. 64\)](#) e [IN 73/2022, \(art. 39, §4º\)](#), após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.20.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

8.20.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.20.3. A critério do pregoeiro desde que em cumprimento ao formalismo moderado, a maior vantajosidade para a Administração e à ampliação de competitividade, sempre respeitado a isonomia de disputa.

8.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.

8.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.24. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.25. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

9.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.9.1 Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

9.10. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

OU

9.11. Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de 5 % (cinco por cento).

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, **para assinar a Ata de Registro de Preços**, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.2. O prazo estabelecido no item anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito pela Administração.

10.3. Será formalizada a Ata de Registro de Preços para o registro dos itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

quantidades, preços registrados e demais condições.

10.4. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os serviços/produtos com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.9. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

11.3.2. Nos termos do art. 40 da IN SEGES nº 73/2022, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo ou por outros meios fora do Sistema não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados que deverá protocolar pedido expresso junto ao Protocolo da Prefeitura.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7. e 12.1.8. a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido nos termos do art. 158 da Lei 14.133/21.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021 ou para pedir esclarecimentos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento devem ser realizados pela forma eletrônica, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cplcoari.am@gmail.com até às 18 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação, conforme § 2º do artigo 16 da IN SEGES nº 73, de 2022.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

14.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

14.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

14.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

14.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

15. DO PAGAMENTO

15.1. A Prefeitura Municipal de Coari reverterá 1% (um por cento) do valor total do pagamento, realizado pelo Município de Coari, relativo à aquisição de bens, à prestação de serviços de qualquer natureza, serviços e contratação de obras ao Fundo Municipal de Assistência e Desenvolvimento aos Pequenos Negócios de Coari - FUNAPEC em consonância com o art. 3º, I, da Lei Municipal n. 791, de 6 de março de 2023.

15.2. As demais regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A adjudicação e homologação do certame ficará à cargo da autoridade competente.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

16.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.licitacoari.com.br>.

16.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

16.12.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

16.12.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.12.4. ANEXO IV – Minuta de Contrato

17. DO FORO



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

17.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Coari/AM, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

Coari, 20 de março de 2026

JOSÉ IVAN MARINHO DA SILVA
Presidente da Comissão de Contratação de Coari



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

ANEXO I - Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 7677/2026- SEMSA)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para contratação de serviços gráficos com fornecimento de material, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Coari/AM, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	375050	Adesivo 10x10 cm. Papel A4 180g, sem brilho. Impressão 4x0 cores.	UND	410	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
2	375050	Adesivo 10x20cm. Em vinil, impressão 4x0 cores.	UND	715	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
3	375050	Adesivo 10x30cm. Em vinil, impressão 4x0 cores.	UND	355	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
4	375050	Adesivo 19,5 x 23,3cm. Papel A4 180g. Com brilho. Impressão 4x0 cores.	UND	615	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
5	375050	Adesivo 21cm x 29,5cm. Papel A4 180g, sem brilho.	UND	410	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
6	375070	Admissão Neonatal/Obstétrica - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x1 F/V, cor Branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
7	375060	Alvará de Funcionamento Sanitário - Tamanho 210x297mm, 4x0 cor Branco, papel offset 150g.	UND	800	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
8	451015	Aplicação de adesivo microperfurado em	M ²	310	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		superfícies de vidros e/ou acrílico.				
9	375070	Atendimento diário do profissional de nível superior Assistência Social - HRC Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x0 cor branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
10	634430	Atendimento Psicológico – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	650	R\$ Sigiloso	R\$ sigiloso
11	448665	Atestado Médico com logo do CAPS – Bloco 100x1 via, tamanho 150 x 210 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ sigiloso
12	448665	Atestado Médico - Bloco 100x1 via, tamanho 150x210mm,1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	900	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
13	615933	Atividade de Borrifação intradomiciliar - Malária, Bloco 100x1 via, tamanho 210x150mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
14	615933	Auto - Bloco 50x3 vias, tamanho 210x297mm,1x0 cor, papel autocopiativo (1ª via papel na cor branca, 2ª via papel na cor verde e 3ª via na cor amarela), acabamento: colado,	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		grampeado e picotado na 1,2 via.				
15	615933	Autorização de Internação Hospitalar- SUS, Bloco. 100x1 via, tamanho 210x297mm, papel offset 90g, 1x0 cor, acabamento colado na cabeça.	BLC	3000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
16	262897	Autorização de Visita Bloco 100x1 via, tamanho 150 x 210 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	1500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
17	325044	Autorização para Entrada de Acompanhante Avulso – Bloco 100x1 via, tamanho 150 x 210 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	1500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
18	465583	Avaliação das Atividades Controle da Dengue Bloco 100/1 via, 210x297mm, 1/0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
19	375070	Avaliação Pré-Anestésica - Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x1 cor (frente e verso), papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
20	634389	BACKDROP - Material: Lona vinílica 440g/m ² Impressão: 4/0). Dimensões: 700cm x 300cm (L x A). Acabamento: ilhós, com reforço de bordas, Personalização: A ser definida junto ao órgão solicitante.	UND	280	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

21	634389	BACKDROP - Material: Lona vinílica, gramatura: 440g/m². Impressão 4/0. Dimensões: 400cm x300cm (L x A). Acabamento: ilhós, com reforço de bordas. Personalização: A ser definida junto ao órgão solicitante.	UND	222	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
22	634389	BACKDROP - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m². Impressão 4/0. Dimensões: 600cm x300cm (L x A). Acabamento: ilhós, com reforço de bordas. Personalização: A ser definida junto ao órgão solicitante.	UND	224	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
23	634389	BACKDROP - Material: Lona vinílica, gramatura: 440g/m². Impressão: 4/0). Dimensões: 500cm x 300cm (L x A). Acabamento: ilhós, com reforço de bordas. Personalização: A ser definida junto ao órgão solicitante.	UND	220	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
24	611703	BANNER - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m². Impressão 4/0. Dimensões: 2,5m x 1,50m. Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha e fio nylon. Personalização: A ser definida junto ao órgão solicitante.	UND	213	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
25	611703	BANNER - Material: Lona vinílica. Gramatura: 440g. Impressão: (4/0). Dimensões: 2,5m x 2m. Acabamento: Bastão de	UND	320	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		madeira, ponteiros de borracha e fio nylon. Personalização: A ser definida junto ao órgão solicitante.				
26	611703	BANNER - Material: Lona vinílica. Gramatura: 440g. Impressão: (4/0). Dimensões: 1,00m x 0,90m. Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha e fio nylon. Personalização: A ser definida junto ao órgão solicitante.	UND	210	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
27	611703	BANNER - Material: Lona vinílica. Gramatura: 440g/m ² , Impressão 4x0 cores, dimensões: 1,00 m x 0,80m. Acabamento com Bastão de madeira, ponteiros de borracha e fio nylon. Personalização: A ser definida junto ao órgão solicitante.	UND	210	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
28	611703	BANNER - Material: Lona vinílica. Gramatura: 440g/m ² . Impressão 4/0. Dimensões: 1,00mx0,70m. Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha e fio nylon. Personalização: A ser definida junto ao órgão solicitante.	UND	210	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
29	611703	BANNER - Material: Lona vinílica. Gramatura: 440g/m ² . Impressão 4/0. Dimensões: 2,5m x 1,20m. Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha e fio nylon.	UND	530	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		Personalização: A ser definida junto ao órgão solicitante.				
30	611703	BANNER - Material: Lona vinílica. Gramatura: 440g/m². Impressão 4/0. Dimensões: 3,90x2,30m. Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha e fio nylon. Personalização: A ser definida junto ao órgão solicitante.	UND	250	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
31	611703	Banner em vinil com impressão digital 340g, Cor: 04 cores. Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha e fio nylon. Personalização: A ser definida junto ao órgão solicitante.	UND	230	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
32	611703	Banner, em lona brilho, com acabamento, bastão em madeira e corda em nylon. Cor: 4 cores. Personalização: A ser definida junto ao órgão solicitante.	UND	230	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
33	368618	Boletim de Campo e Laboratório do Levantamento Rápido de Índices - LIRAA, Bloco 100x1 via, tamanho 291x210mm, 1/0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	80	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
34	368618	Boletim de doses Aplicadas- Bloco 50x2 vias, tamanho 210x297mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90gr, acabamento: colado na cabeça.	BLC	20	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

35	368618	Boletim de Internação e Alta - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	3000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
36	368618	Boletim de Reconhecimento Geográfico - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
37	368618	Boletim de Reconhecimento Geográfico/ Resumo do Imóvel, Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1/0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
38	368618	Boletim de Reconhecimento Geográfico/ Resumo do Quarteirão, Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1/0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	80	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
39	368618	Boletim de Supervisão direta - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
40	368618	Boletim de Supervisão indireta - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
41	368618	Boletim diário do Agente de Endemias - Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x0,	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.				
42	368618	Boletim do Chefe de Turma - Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x1 F/V, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
43	368618	Boletim Mensal de Transporte Fluvial - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
44	368618	Boletim Mensal de Transporte Terrestre - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
45	368618	Boletim Resumo Semanal DEVISA – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
46	368618	Boletim RG DEVISA – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
47	615933	Cadastro Domiciliar e Territorial - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x1 F/V cor branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	350	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

48	615933	Cadastro Individual - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x1 cor, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
49	630893	Caderneta da Gestante, tamanho 205x300mm, 56x1, 4x4 cores	UND	4000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
50	630893	Caderneta de Consulta IMTC, tamanho 90x100mm papel cartão 120G, F/V, 2x1	UND	3000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
51	630893	Caderneta de Vacinação Menina, tamanho 150x210mm, 94x1, 4x4 cores	UND	4000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
52	630893	Caderneta de Vacinação Menino, tamanho 150x210mm, 94x1, 4x4 cores	UND	4000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
53	630893	Caderneta do Paciente IMTC Bloco 100x1 via, tamanho 100x140mm papel offset 90g, 2x1	UND	2000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
54	634398	CAMISA CONFECCIONADA malha 100% poliéster, modelo básico. Estampa integral aplicada na parte frontal e posterior. Tamanhos: G, Gola: redonda, Gênero: unissex. Personalização: A arte da estampa será definida junto ao órgão solicitante, em conformidade com a identidade visual oficial do evento.	UND	1010	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

55	634398	CAMISA CONFECCIONADA malha 100% poliéster, modelo básico. Estampa integral aplicada na parte frontal e posterior. Tamanhos: GG, Gola: redonda, Gênero: unissex. Personalização: A arte da estampa será definida junto ao órgão solicitante, em conformidade com a identidade visual oficial do evento.	UND	1010	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
56	634398	CAMISA CONFECCIONADA malha 100% poliéster, modelo básico. Estampa integral aplicada na parte frontal e posterior. Tamanhos: M, Gola: redonda, Gênero: unissex. Personalização: A arte da estampa será definida junto ao órgão solicitante, em conformidade com a identidade visual oficial do evento.	UND	1000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
57	634398	CAMISA CONFECCIONADA malha 100% poliéster, modelo básico. Estampa integral aplicada na parte frontal e posterior. Tamanhos: P e PP, Gola: redonda, Gênero: unissex. Personalização: A arte da estampa será definida junto ao órgão solicitante, em conformidade com a identidade visual oficial do evento.	UND	1000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

58	634398	CAMISA CONFECCIONADA malha 100% poliéster, modelo básico. Estampa integral aplicada na parte frontal e posterior. Tamanhos: XG, Gola: redonda, Gênero: unissex. Personalização: A arte da estampa será definida junto ao órgão solicitante, em conformidade com a identidade visual oficial do evento.	UND	1000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
59	600900	Cartão da Gestante 297x210mm, papel cartão 120G, F/V, 2x1	UND	1500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
60	600900	Cartão de identificação e Agendamento de consultas – CAPS, tamanho 210x150mm, papel Filpaper	UND	2000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
61	600900	Cartão de Planejamento Familiar - 150x110mm, papel cartão 120g, F/V, impressão 2x1	UND	3000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
62	600900	Cartão de Vacina, em papel cartão fosco AP (papel offset) 240g, Formato: 15X10 cm, com 1 dobra, vincado. Impressão em 3 cores, frente e verso. Conforme modelo	UND	84000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
63	625041	Cartaz, formato 46 x 64 cm, impressão em 4 cores (4x0), em papel couchê brilho ou fosco 115 g/m ²	UND	355	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
64	625041	Cartaz, formato 22 x 38 cm, impressão em 4 cores (4x0), em papel couchê 115 g/m ²	UND	355	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
65	311291	Censo Diário de Enfermagem / H.R.C., Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x0 cor, papel	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		offset 90g, acabamento colado na cabeça.				
66	634355	Check list clínica médica Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm,1x1 F/V, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	60	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
67	634355	Check list Pediatria Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm,1x1 F/V, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	60	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
68	634355	Check list Pronto Socorro - Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm,1x1 F/V, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	60	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
69	634355	Checklist Inserção do Cateter Vesical de Demora (Bundle) – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x1 cor (frente e verso), papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	30	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
70	435583	Cirurgia Eletiva - Bloco 100X1via, tamanho 120x120mm,1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
71	435583	Cirurgia Segura – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x1 cor (frente e verso), papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

72	465583	Confirmação de atendimento TFD Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
73	614624	Controle de Troca de Acompanhante – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	2000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
74	614624	Controle Vetorial da Malária (Atividades realizadas) / DEVISA - Blc 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x0 cor, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
75	401602	CRACHÁ em PVC, tamanho 60 x 90 mm, espessura 0,76 mm. Com furo ovoide para colocar o prendedor/presilha jacaré ou cordão. Impressão 4x4 cores, F/V. A arte conforme definição pela solicitante.	UND	1700	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
76	242387	Dados do bebê (Fonoaudióloga) – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	1040	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
77	617705	Declaração de Residência / TFD - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

78	375070	Denominadores Cirúrgicos / Busca Fonada – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	5	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
79	624149	Documentos para cadastro novo TFD - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
80	625377	Encadernação em espiral tam. 17 milímetros	UND	2010	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
81	625377	Encadernação em espiral tam. 25 milímetros	UND	2010	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
82	625377	Encadernação em espiral tam. 9 milímetros	UND	2010	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
83	486507	Encaminhamento Social / TFD Bloco 100x1 via, tamanho 150x210mm,1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
84	486507	Encaminhamento Social do NIRHOSP/ HRC Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
85	601221	Envelopamento de veículo Digital – Resolução mínima de 720 DPI – Policromia + recorte eletrônico. MATERIAL Vinil adesivo de alta (com garantias de exposição externa de 7 meses).	M ²	850	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
86	634799	Envelope Timbrado – OFÍCIO 36 – TAM: 260x360mm – Papel Branco	UND	2100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		- Secretaria Municipal de Saúde				
87	632421	Etiqueta de identificação e pequena espécimes - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	190	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
88	632421	Etiqueta de Solução - Bloco 100x1 via, tamanho 60x40mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	1550	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
89	252387	Evolução do Enfermeiro – Relatório Intraparto e Puerpério Imediato – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x1 cor (frente e verso), papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
90	252387	Evolução Nutricional– Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
91	252387	Evolução RN - Bloco 100x1 via–, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x1 cor (frente e verso), papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
92	631139	Faixa - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m ² , Impressão 4/0, Personalização: a ser definida. Dimensões: 200cm x100cm (L x A). Acabamento: Bastão de	UND	230	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		madeira, ponteiros de borracha.				
93	631139	Faixa - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m ² , Impressão 4/0, Personalização: a ser definida. Dimensões: 200cm x150cm (L x A). Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha.	UND	40	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
94	631139	Faixa - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m ² , Impressão 4/0, Personalização: a ser definida. Dimensões: 400cm x120cm (L x A), Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha.	UND	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
95	631139	Faixa - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m ² , Impressão 4/0. Personalização: a ser definida. Dimensões: 300cm x90cm (L x A). Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha.	UND	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
96	631139	Faixa - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m ² , Impressão 4/0. Personalização: a ser definida Dimensões: 200cm x80cm (L x A), Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha.	UND	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
97	631139	Faixa - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m ² , Impressão 4/0. Personalização: a ser definida. Dimensões: 200cm x110cm (L x A).	UND	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha.				
98	631139	FAIXA - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m ² , Impressão 4/0. Personalização: a ser definida. Dimensões: 200cm x120cm (L x A). Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha.	UND	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
99	631139	Faixa - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m ² . Impressão 4/0. Personalização: a ser definida. Dimensões: 300cm x150cm (L x A). Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha.	UND	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
100	631139	Faixa - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m ² . Impressão 4/0. Personalização: a ser definida. Dimensões: 500cm x120cm (L x A). Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha.	UND	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
101	631139	Faixa - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m ² . Impressão 4/0. Personalização: a ser definida. Dimensões: 500cm x90cm (L x A). Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha.	UND	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

102	631139	FAIXA - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m². Impressão 4/0. Personalização: a ser definida Dimensões: 200cm x90cm (L x A). Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha.	UND	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
103	631139	FAIXA - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m². Impressão 4/0. Personalização: a ser definida. Dimensões: 300cm x80cm (L x A). Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha.	UND	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
104	631139	Faixa - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m². Impressão 4/0. Personalização: a ser definida. Dimensões: 400cm x100cm (L x A). Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha.	UND	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
105	631139	Faixa - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m². Impressão 4/0. Personalização: a ser definida. Dimensões: 900cm x90cm (L x A). Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha.	UND	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
106	631139	Faixa - Material: Lona vinílica, Gramatura: 440g/m². Impressão 4/0. Personalização: a ser definida. Dimensões: 400cm x90cm (L x A). Acabamento: Bastão de madeira, ponteiros de borracha.	UND	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

107	629270	Ficha de Acolhimento - CAPS – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
108	311435	Ficha de Acompanhamento Ambulatorial/IMTC - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
109	464316	Ficha de Acompanhamento de Pacientes – DEVISA – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
110	447264	Ficha de Acompanhamento do Hipertenso/Diabético - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
111	447264	Ficha de Acompanhamento Transfusional – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x1 cor (frente e verso), papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
112	447073	Ficha de Atendimento- Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x1 F/V cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	1080	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

113	440200	Ficha de atendimento médico TFD - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
114	391677	Ficha de Atendimento Odontológico Individual - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x1 F/V, cor branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	3000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
115	391675	Ficha de Atendimento Odontológico Prontuário - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x1 F/V, cor branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
116	391672	Ficha de Atividade Coletiva - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x1 F/V, cor branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
117	304474	Ficha de Atividade Entomológica – Criadouro – DEVISA – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
118	375070	Ficha de Avaliação de Ferida – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x1 cor (frente e verso), papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	20	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

119	353017	Ficha de Avaliação Educador Físico/EMULT - - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	150	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
120	319751	Ficha de Avaliação Fisioterapia/EMULT - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x1, F/V, cor Branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
121	228687	Ficha de borrifação intradomiciliar DEVISA – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
122	296862	Ficha de Borrifação UBV FOG – DEVISA – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
123	275548	Ficha de Cadastro Entomológico de Criadouros – Malária – DEVISA – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
124	274334	Ficha de coleta de amostras de água de sistemas de abastecimento/SAA - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, papel offset 90g, 1x0 cor Branco,	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		acabamento colado na cabeça.				
125	252518	Ficha de coleta de amostras de água de solução alternativa/SAC - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, papel offset 90g, 1x0 cor Branco, acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
126	251595	Ficha de Controle de Qualidade/ DEVisa - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x1 cor branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
127	248492	Ficha de Controle de Vetor Anopheles Alado – Malária – DEVisa – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
128	223637	Ficha de encaminhamento / CAPS - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
129	202029	Ficha de Encaminhamento Médico – Policlínica – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	460	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
130	223635	Ficha de Encaminhamento Médico/IMTC - Bloco 100x1 via, tamanho 150x210mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90g,	BLC	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		acabamento: colado na cabeça.				
131	223633	Ficha de Encaminhamento Serviço Social - Bloco 100x1 via, tamanho 150x210mm, 1x0 cor branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	220	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
132	481277	Ficha de Evolução TFD - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
133	481200	Ficha de Evolução/IMTC - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
134	481199	Ficha de pesquisa entomológica imaturos (FRENTE E VERSO) - DEVISA – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x1 cor (frente e verso), papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	30	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
135	481198	Ficha de Produção das Telefonistas Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x0 cor branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
136	388190	Ficha de Produção Médica – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	350	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

137	202021	Ficha de Prova Tuberculínica - Caderneta Paciente – Bloco 100x1 via, tamanho 150 x 210 mm, impressão 1x1 cor (frente e verso), papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
138	388187	Ficha de Registro de Vacinados/ PNI - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0, cor branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
139	364499	Ficha de Teste Rápido – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	260	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
140	362673	Ficha de Triagem/Zoonoses - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	30	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
141	340705	Ficha de Visita Domiciliar e Territorial - Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, papel offset 90g, 1x1 F/V cor Branco, acabamento: colado na cabeça.	BLC	430	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
142	323632	Ficha de Visita Domiciliar- Bloco 100x1 via, tamanho 140x100mm, papel offset 90g, 1x0 cor, acabamento: colado na cabeça. ATENÇÃO BÁSICA.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
143	323630	Ficha de Visita Domiciliar- Bloco 100x1 via, tamanho 150x120mm, papel offset 90g, 1x0 cor Branco,	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		acabamento: colado na cabeça.				
144	323628	Ficha do SIVEP - DEVISA – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
145	320644	Ficha Espelho do Cartão da Criança (PNI) - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0 cor, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
146	311447	Ficha Técnica do S.O.S - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
147	311436	Ficha Técnica/DEVISA - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	30	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
148	456553	Folder, formato 15x21, tipo papel couchê 115 g, cor: 4x4 cor. (Tiragem mínima na aquisição 1.000 unidades)	UND	17000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
149	450242	Folder, formato 29,7x21- tipo papel couchê 180g, Tamanho A4, impressão 4x4, cores, frente e verso.	UND	13000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
150	450237	Folder, formato 32x21, tipo papel couchê 115g, cor: 04 cor. (Tiragem mínima na aquisição 1.000 unidades)	UND	13000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
151	625862	Formulário de Cadastro de captura de Anopheles fase Adulta - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0,	BLC	30	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.				
152	625862	Formulário de Cadastro de captura de Anopheles fase Imatura - Blc 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	30	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
153	625862	Formulário de Solicitação de Antimicrobianos de Uso Controlado – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
154	625862	Formulário Socioeconômico/ TFD - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, F/V cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
155	239781	Fotocópia em preto e branco, tamanhos A4, papel 75 g/M ²	UND	21000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
156	616602	Guia da Política Nacional da Atenção Básica: Integração Atenção Básica e Vigilância em Saúde Vol. 1, Livro 70x1, tamanho 150x 210 mm, 1x0, cor branco, papel offset 90g, acabamento: encadernado.	UND	31000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
157	375070	Identificação do Estabelecimento – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

158	311283	Inquérito Hemoscópico-Boletim Diário do Agente, Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0 cor, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	700	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
159	202012	Inventário de Insumo Antimalárico - Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
160	375070	Justificativa de Cancelamento Cirúrgico – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
161	448665	Laudos Médicos - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, papel offset 90g, 1x1 F/V, cor Branco, acabamento colado na cabeça.	BLC	60	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
162	203819	Laudos Médicos para Emissão de BPA/IMTC - I - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, papel offset 90g, 1x0 cor Branco, acabamento colado na cabeça.	BLC	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
163	448665	Laudos Médicos para procedimento de alta complexidade (APAC) - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, papel offset 90g, 1x0 cor Branco, acabamento colado na cabeça.	BLC	360	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

164	311447	Limpeza Terminal - Bloco. 100X1via, tamanho 120x120mm,1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
165	462501	Lona cenográfica em PVC destinada a cenários, backdrops e eventos deverá atender às seguintes especificações: confeccionada em material vinílico de alta durabilidade e flexibilidade, com gramatura: 440 g/m ² ; acabamento fosco anti-reflexo para evitar brilho excessivo em ambientes de filmagem e fotografia; impressão digital em alta resolução (mínimo 1440 DPI), em quadricromia (CMYK), utilizando tintas resistentes de cura UV ou solvente/eco-solvente, a partir de arte final fornecida pelo contratante; tratamento anti-chamas/auto-extinguível com certificação B1 ou equivalente, obrigatório para uso em ambientes fechados; acabamento perimetral reforçado por bainha em toda a extensão; aplicação de ilhoses de latão ou aço inoxidável, resistentes à ferrugem, espaçados uniformemente a cada 30 cm (máximo 50 cm); entrega limpa, embalada em tubo de	UND	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		papelão para evitar vincos e acompanhada do certificado de segurança. As dimensões finais deverão ser de 4,00 m x 20,00 m (80 m²).				
166	485382	Manual de Normas e Procedimentos em Vacinação, Livro 178x1 via, tamanho 200x261 mm, 1x0, cor branco, papel offset 90g, acabamento: Encadernado.	UND	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
167	485382	Manual de uso do sistema com prontuário eletrônico do cidadão – PEC, Livro 466x1, tamanho 216x 280 mm, 1x0, cor branco, papel offset 90g, acabamento: encadernado.	UND	30	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
168	485382	Manual de Vigilância Epidemiológica de Eventos Adversos Pós-Vacinação, Livro 251x1 via, tamanho 200x260 mm, 1x0, cor branco, papel offset 90g, acabamento: Encadernado.	UND	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
169	485382	Manual do Agente Comunitário de Saúde Livro 88x1, tamanho 150x 210 mm, 1x0, cor branco, papel offset 90g, acabamento: encadernado.	UND	230	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
170	485382	Manual para Avaliação dos Marcadores de consumo Alimentar, Livro 35x1 via, tamanho 200x260 mm, 1x0, cor branco, papel offset 90g, acabamento: Encadernado.	UND	30	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
171	485382	Manual para preenchimento de Fichas do módulo CDS, Livro 79x1 via, tamanho 210x300 mm, 1x0,	UND	30	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		cor branco, papel offset 90g, acabamento: Encadernado.				
172	485382	Manual: Guia de Vigilância Epidemiológica, Livro 810x1 via, tamanho 210x300 mm, 1x0, cor branco, papel offset 90g, acabamento: Encadernado.	UND	30	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
173	236550	Mapa de Atendimento Diário do Serviço Social / TFD Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
174	448631	Movimento Mensal de Insumos Seringas e Agulhas- Bloco 100x1 via, tamanho 205x260mm, papel offset 90g, 1x0 cor, acabamento: colado na cabeça.	BLC	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
175	448631	Movimento Mensal de revisão de lâmina/ DEVisa - Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	30	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
176	357120	OUTDOOR – material: Lona vinílica, gramatura: 440g, dimensões aproximadas: 9,0 m x 3,0 metros. Modelo e dizeres consultados junto ao órgão solicitante.	UND	30	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
177	626523	OUTDOOR, material – em papel, gramatura: 90g, dimensões aproximadas: 9,0 m x 3,0 metros. Modelo e dizeres consultados junto ao órgão solicitante.	UND	140	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
178	634819	Painel de lona 440 G/M ² face única. Cores.	UND	115	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		Acabamento com ilhóis. Para seminários e conferências. Medindo 10m X 3m.				
179	634819	Painel de lona 440 G/M ² face única. Cores. Acabamento com ilhóis. Para seminários e conferências. Medindo 8m X 3m.	UND	110	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
180	249251	Panfleto em papel couchê 150g, 14,7x20,8cm, impressão 4x4 cores. (Tiragem mínima na aquisição: 500 unidades).	UND	8000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
181	249251	Panfleto em papel couchê 150g, 21 cm x 29,7cm, duas dobras, impressão 4x4 cores. (Tiragem mínima na aquisição: 500 unidades).	UND	7000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
182	249251	Panfleto em papel couchê brilhante 150g/m ² , 15x10cm, 4x4 cores. (Tiragem mínima na aquisição: 500 unidades).	UND	9000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
183	445546	Pasta - Tamanho 46 x 63 cm (aberto), impresso em papel cartão Duo Design 250g, impressão 4/0 cores. Pasta com bolso. Acabamento: corte e vinco, laminação BOPP frente, verniz localizado frente, colagem.	UND	1400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
184	445546	Pasta com bolso em papel reciclado 240g, 4x0 cores, medindo 41x46cm (aberto). Bolso sem impressão medindo 10x20, com corte e faca especial. (Tiragem mínima na aquisição: 30 unidades).	UND	1350	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

185	623301	Pedido de Tratamento Fora de Domicílio / TFD - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	3300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
186	619441	Placa de inauguração em PSY 2mm metragem 0,80 x 1,00 mt texto com aplicação de vinil transparente, impressão digital, com colocação.	UND	32	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
187	619441	Placa de inauguração em PSY 2mm metragem 60X40 texto com aplicação de vinil transparente, impressão digital, com colocação.	UND	42	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
188	619441	Placa de inauguração em PSY 2mm metragem 80X60 texto com aplicação de vinil transparente, impressão digital, com colocação.	UND	17	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
189	630965	Placa de sinalização para portas/ setores 40 x 12 cm em PSY aplicação de adesivo em impressão digital, fita dupla face.	UND	730	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
190	630528	Placa sinalização, aplicação para identificação de ambientes, com adesivo e impressão 4x0, material: pvc, 2mm, dimensões (±10%): 120x120cm e fita dupla face para fixação.	UND	640	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
191	630528	Placa sinalização, aplicação: para identificação de ambientes, com adesivo em impressão 4x0, material: pvc, 2mm, dimensões (±10%): 30x10cm e fita dupla face para fixação.	UND	630	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

192	429682	Planilha de Contato (IMTC) – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
193	236975	Prescrição Médica -Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	3000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
194	236975	Produção de enfermagem / H.R.C., Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x1, F/V, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
195	236975	Produção de Fisioterapia – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	1120	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
196	236975	Produção de ortopedia – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
197	236975	Produção Individual Atividade Focal/DEVISA - Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x0 cor branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
198	236975	Produção Mensal PCCU - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x1 F/V cor branco, papel offset 90g,	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		acabamento colado na cabeça.				
199	429658	Produção Radiológica, Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x1 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
200	236975	Produção Semanal de consulta de Pré- Natal - Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x1 F/V, cor branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
201	616484	Programa Nacional de Controle da Dengue - PNCD, Bloco 100/1 via, tamanho 297x210mm, 1/0 cor, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
202	456553	Programa Semanal de Coleta de Adultos- Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0 cor, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
203	456247	Programa Semanal de Coleta de Larvas - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0 cor, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
204	621474	Programação de Mosquiteiro Impregnado- Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	10	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

205	629270	Prontuário de Atendimento/IMTC - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0 cor, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
206	616483	Protocolo de Avaliação Nutricional - Adulto- Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x1 cor (frente e verso), papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	20	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
207	616483	Protocolo de Avaliação Nutricional – Pediatria- Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x1 cor (frente e verso), papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
208	616483	Protocolo de triagem auditiva neonatal universal - TANU (Fonoaudióloga) – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x1 cor (frente e verso), papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
209	481198	PSE - Programa Saúde na Escola - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x1 F/V, cor branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
210	444748	Receituário - Bloco 100x1 via, tamanho 150x210mm, 1x0 cor, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	3580	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

211	444748	Receituário - Policlínica-Bloco 100x1 via, tamanho 150x210mm, 1x0 cor, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
212	444748	Receituário Controle Especial - Bloco 100x1 via, tamanho 150x210mm, 1x0 cor, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	1910	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
213	485443	Receituário de Enfermagem (IMTC) – Bloco 100x1 via, tamanho 150 x 210 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
214	485443	Receituário de Enfermagem Sífilis (IMTC) – Bloco 100x1 via, tamanho 150 x 210 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
215	485443	Receituário de Médico (IMTC) - Bloco 100x1 via, tamanho 150x210mm, 1x0 cor, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
216	485443	Receituário Médico - Bloco 100x1 via, tamanho 150x210mm, 1x0 cor, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	60	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
217	444748	Receituário para Uso de Tratamento de Glucantime - Inst. de Medicina Tropical Coari - Bloco 100x1 via, tamanho 200x180mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

218	336632	Relatório de Alta/Contrarreferência/ TFD - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
219	228693	Relatório de Atividades de Malária por lancha/DEVISA - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
220	203737	Relatório Mensal de Atividades TB (IMTC) – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	150	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
221	203754	Relatório Mensal de Atividades/IMTC - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	150	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
222	464298	Requerimento para solicitação de TFD Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	150	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
223	483939	Requerimento De Antimaláricos e Insumos pelo posto de Notificação, Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0 cor, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

224	483939	Requisição Antimalárico e Insumo pelo posto de Notificação - Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	150	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
225	483922	Requisição de Exame Citopatológico - Colo do Útero - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x1, F/V, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
226	228693	Resumo das Atividades do Revisor e envio de lâmina para controle de atividades - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
227	203737	Resumo de Alta Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
228	203734	Resumo de Boletim de campo e laboratório - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
229	339632	Resumo Diário do Serviço Antivetorial (FRENTE E VERSO) - DEVISA – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x1 cor (frente e verso), cor branco, papel offset 90 g/m ² ,	BLC	500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		acabamento colado na cabeça.				
230	339632	Resumo Diário do Serviço Antivetorial - Bloco 100/1 via, tamanho 297x210mm, 1x1 (frente e verso), cor Branco, papel offset 90g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
231	627512	Resumo Mensal de Intradomiciliar - Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
232	249428	Resumo Mensal de Laboratório - AB08 - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
233	228693	Resumo mensal de revisão de lâmina - AB08 - DEVISA – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
234	627512	Resumo Mensal e programação do controle de endemias- Termonebolização Realizadas - - Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, 1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

235	228693	Resumo Semanal das Atividades de Lâmina - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
236	228693	Resumo Semanal das Atividades do Responsável pelo diagnóstico e de Lâmina para revisão - AB06 - DEVisA - Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
237	339632	Resumo Semanal do Serviço Anti- Vetorial - Bloco 100/1 via, tamanho 210x297mm, 1/0 cor, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
238	481277	Sistema de Informação de Agravos de Notificação- SINAN Gestante de Sífilis/IMTC - Bloco 100x2 via, tamanho 210x297mm,1x1, F/V cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
239	481198	Sistema de Informação de controle de Vetor - Atividade de UBV/Termonebulização - Malária/ DEVisA - Blc 100x1 via, tamanho 210x100mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

240	481198	Sistema de Informação de controle de Vetor Captura de Anopheles Formas Alados - Malária - SIVEP/DEVISA - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
241	481198	Sistema de Informação de controle de Vetor Captura de Anopheles Formas Imaturas - Malária - SIVEP/DEVISA – Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, F/V, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
242	374762	Sistema de Referencial Geográficos SISLOC / DEVISA- Bloco 100x1 via, tamanho 210x150mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
243	364499	Sistematização da Assistência de Enfermagem (Clínica Médica) Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm,1x1 F/V, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	3000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
244	364499	Sistematização da Assistência de Enfermagem (Pronto Socorro) – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x1 cor (frente e verso), papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

245	364499	Sistematização da Assistência de Enfermagem (Puérpera) – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x1 cor (frente e verso), papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
246	364499	Sistematização da Assistência de Enfermagem (RN) - Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm,1x1 F/V, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	120	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
247	485443	Sistematização da Assistência de Enfermagem Centro Cirúrgico Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm,1x1 F/V, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
248	485443	Sistematização da Assistência de Enfermagem Transfusão – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x1 cor (frente e verso), papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
249	323632	SIVEP - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
250	323628	SIVEP Gripe (caso de Síndrome respiratória aguda grave) SRAG-Hospitalizado - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0, F/V, cor	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.				
251	339632	Solicitação de Aeromédico UTI/ HRC - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
252	228693	Solicitação de Cirurgia Bloco 100x1 via, tamanho 180x90mm, 1x0, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	50	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
253	203737	Solicitação de Exames - Policlínica -Bloco 100x1 via, tamanho 150x210mm, 1x0 cor, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
254	203754	Solicitação de Exames 1 - Bloco 100x1 via, tamanho 150x210mm, 1x0 cor, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	3070	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
255	203754	Solicitação de Exames 2 - Bloco 100x1 via, tamanho 150x210mm, 1x0 cor, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	2096	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
256	203754	Solicitação de Exames 3 - Bloco 100x1 via, tamanho 150x210mm, 1x0 cor, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	2050	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
257	203754	Solicitação de Exames Atendimento Gratuito- Bloco 100x1 via, tamanho 150x210 mm, 1x0 cor, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	1000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

258	203754	Solicitação de Exames TB - Inst. de Medicina Tropical Coari, Bloco 100x1 via, tamanho 150x210mm,1x0 cor, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	250	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
259	203754	Solicitação de Exames-Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0 cor, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	2000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
260	375070	Solicitação de numeração de receituário de Controle Especial TIPO A (AMARELA) ENTORPECENTES – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , conforme normas da Vigilância Sanitária, Gráfica autorizada pela FVS.	BLC	80	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
261	375070	Solicitação de numeração de receituário de Controle Especial TIPO B (AZUL) PSICOTRÓPICO – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , conforme normas da Vigilância Sanitária, Gráfica autorizada pela FVS.	BLC	80	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
262	298039	Solicitação de Parecer dos especialistas Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x1 cor Branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
263	298037	Solicitação de Serviço/HRC-Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm,1x0 cor, papel	BLC	1000	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		offset 90g, acabamento: colado na cabeça.				
264	298035	Solicitação para transfusão de sangue, hemocomponentes, hemoderivados/ Banco de Sangue Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x1 F/V cor branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	400	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
265	375070	Terapia Nutricional – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
266	444748	Termo APAC - Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0 cor, papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
267	481201	Termo de Advertência/ DEVISA -Bloco 50x2 via, tamanho 210x150mm, 1x0 papel autocopiativo (1ª via papel na cor branca e 2ª via papel na cor verde), papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigilosob	R\$ Sigiloso
268	481277	Termo de Consentimento informado para Realização de Laqueadura/Vasectomia Bloco 100x1 via, tamanho 210x297mm, 1x0 cor branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

269	323628	Termo de Convocação/ DEVISA - Bloco 50x2 via, tamanho 210x150mm, 1x0 papel autocopiativo (1ª via papel na cor branca e 2ª via papel na cor verde), papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
270	311447	Termo de Denúncia/ DEVISA - Bloco 50x2 via, tamanho 210x150mm, 1x0 papel autocopiativo (1ª via papel na cor branca e 2ª via papel na cor verde), papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
271	311447	Termo de Esclarecimento, Ciência e Consentimento (Consentimento Informado) para Anestesia e Sedação – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m², acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
272	311447	Termo de Esclarecimento, Ciência e Consentimento (Consentimento Informado) para Procedimentos Invasivos e Cirurgias – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m², acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
273	311447	Termo de Esclarecimento, Ciência e Consentimento (Consentimento Informado) para Transfusão de Sangue e/ou Hemocomponentes – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

		1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.				
274	311447	Termo de Inspeção-Bloco 50x3 vias, tamanho 210x297mm, 1x0 cor, papel autocopiativo (1ª via papel na cor branca, 2ª via papel na cor verde e 3ª via na cor amarela), acabamento: colado, grampeado e picotado na 1,2 via.	BLC	300	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
275	311447	Termo de Lacre, Bloco 50x2 via, tamanho 210x150mm, 1x0 papel autocopiativo (1ª via papel na cor branca, 2ª via papel na cor verde), papel offset 90g, acabamento: colado na cabeça.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
276	311447	Termo de Reinspeção, Bloco 50x3 vias, tamanho 210x297mm, 1x0 cor, papel (1ª via papel na cor branca, 2ª via papel na cor verde e 3ª via na cor amarela), acabamento: colado, grampeado e picotado na 1,2 via.	BLC	200	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
277	391575	Teste da Orelhinha - Bloco 100x1 via, tamanho 297x210mm, papel offset 90g, 4x4, F/V cor Branco, acabamento colado na cabeça.	BLC	500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
278	412166	Teste do Olhinho Bloco 100x1 via, tamanho 210x150mm, 1x0 cor Branco, papel offset 90g, acabamento colado na cabeça.	BLC	500	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

279	375070	Triagem de Risco Nutricional – Adulto – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
280	375070	Triagem de Risco Nutricional – Pediatria – Bloco 100x1 via, tamanho 210 x 297 mm, impressão 1x0 cor, papel offset 90 g/m ² , acabamento colado na cabeça.	BLC	100	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
281	445723	WIND BANNER - modelo faca confeccionado em tecido poliéster, com dimensões de 1,9 m x 0,65 m. Possui impressão colorida frente e verso em tecnologia sublimática ultra HD, acabamento dupla face com costura reforçada.	UND	40	R\$ Sigiloso	R\$ Sigiloso
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ Sigiloso	

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Prazo de vigência

- 1.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições originalmente pactuadas.
- 1.4.1. Nos termos do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, sempre que houver prorrogação da vigência desta Ata de Registro de Preços, poderá ser realizada, de forma concomitante, a renovação do saldo originalmente registrado, observado o quantitativo inicial e as condições estabelecidas no edital e na proposta.
- 1.5. Os contratos administrativos ou instrumentos equivalentes, decorrentes da Ata de Registro de Preços, terão sua vigência estabelecida em conformidade com os prazos previstos no art. 105 da Lei nº 14.133/2021
- 1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Sustentabilidade
- 4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 4.2.1. A CONTRATADA deverá, durante toda a execução contratual, implementar práticas que favoreçam a sustentabilidade ambiental ao longo da execução do contrato.
 - 4.2.2. O papel utilizado deverá possuir certificação de manejo florestal sustentável, como **CERFLOR/PEFC, FSC ou equivalente**, emitida por organismo acreditado, conforme exigências legais e normativas aplicáveis.
 - 4.2.3. As tintas utilizadas deverão possuir composição que minimize impactos ambientais, preferencialmente à base de óleos vegetais ou livres de óleos minerais, devendo atender às normas técnicas aplicáveis da indústria gráfica, como a ISO 2846-1 ou equivalente.
 - 4.2.4. Deverá ser priorizada a utilização de equipamentos que estejam em conformidade com programas de redução do consumo de energia, sempre que disponíveis, especialmente no que se refere à **gestão e destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos**.
 - 4.2.5. Os insumos fornecidos deverão estar em conformidade com as normas da ABNT e da ISO, especialmente no que se refere à destinação adequada de resíduos sólidos.
 - 4.2.6. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus colaboradores todos os equipamentos de proteção necessários à execução dos serviços contratados.
 - 4.2.7. Deverá ser implementada política de coleta seletiva de resíduos sólidos gerados nas atividades de reprografia e encadernação, com encaminhamento de papéis, plásticos, cartuchos de toner, metais e demais materiais recicláveis a cooperativas de catadores ou empresas especializadas em reciclagem
- 4.3. A comprovação dos critérios de sustentabilidade poderá ser realizada mediante apresentação de certificações ambientais, fichas técnicas dos insumos ou declarações do fabricante.

Subcontratação

- 4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.6. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias da emissão de **Ordem de Serviço** pela Secretaria requisitante.
- 5.1.2. A execução dos serviços ocorrerá nas dependências da contratada, sendo que os materiais resultantes da prestação deverão ser entregues, de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Ordem de Serviço.
- 5.1.3. Para cada trabalho realizado, deverão ser observados os critérios de impressão definidos nas Ordens de Serviço, incluindo especificações técnicas, tiragens e prazos, em conformidade com as descrições dos itens constantes na tabela do Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. A entrega dos materiais deverá ser realizada no endereço abaixo indicado ou em outro local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

ITEM	SECRETARIA	ENDEREÇO
1.	Secretaria Municipal de Saúde	Estrada do Contorno, nº1035 – Bairro Duque de Caxias

5.3. As entregas deverão ocorrer nos seguintes horários: 08h às 11h e das 14h às 17h.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas:

- 5.4.1. A CONTRATADA deverá desenvolver e apresentar à Secretaria requisitante a arte do material solicitado, em amostra física ou digital no formato final, para análise e aprovação. Após a aprovação da arte pela CONTRATANTE, a empresa terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para confeccionar e imprimir o produto definitivo.
- 5.4.2. As artes produzidas durante a execução do contrato passarão a integrar o patrimônio da Administração Pública, podendo ser utilizadas pela Prefeitura Municipal de Coari sem restrições
- 5.4.3. A CONTRATADA deverá executar diretamente o fornecimento do objeto contratual, sendo expressamente proibida a transferência de responsabilidade a terceiros, incluindo empresas ou instituições de qualquer natureza.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

- 5.4.4. Os serviços gráficos deverão ser executados com fornecimento de materiais, garantindo alta qualidade de impressão, clareza e legibilidade, de modo a assegurar uma comunicação eficaz.
- 5.4.5. Os acabamentos gráficos e de comunicação visual deverão estar alinhados com as especificações estabelecidas pela CONTRATANTE e compatíveis com o tipo de material solicitado.
- 5.4.6. A CONTRATADA deverá fornecer todos os esclarecimentos técnicos que forem solicitados, referentes às características dos serviços prestados e dos materiais fornecidos.
- 5.4.7. A CONTRATADA deverá oferecer atendimento personalizado, incluindo suporte técnico e orientação na elaboração e execução dos materiais, com o objetivo de atender de forma eficiente às demandas específicas de cada Secretaria requisitante.
- 5.4.8. Nenhum dos itens contratados poderá ser substituído por outro diferente, salvo nos casos em que o novo produto apresentar qualidade comprovadamente superior.
- 5.4.8.1. Nessa hipótese, a substituição dependerá da apresentação de justificativa técnica por escrito, devidamente fundamentada, e da aprovação expressa da Prefeitura Municipal de Coari e das Secretarias que compõem sua estrutura administrativa.
- 5.4.9. A CONTRATADA deverá realizar as entregas conforme as requisições emitidas, sendo vedadas quaisquer alterações sem prévia consulta e aprovação da CONTRATANTE.
- 5.4.10. A CONTRATADA será responsável pela entrega e transporte dos produtos, conforme data previamente estabelecida. Em caso de impedimento, deverá apresentar justificativa por escrito, preferencialmente por meio eletrônico, ao setor competente, informando os motivos do não cumprimento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no contrato.
- 5.4.11. Durante o processo de entrega, a CONTRATADA deverá manter a Secretaria requisitante informada sobre o andamento.
- 5.4.11.1. Em caso de imprevistos, deverá comunicar imediatamente e indicar as medidas adotadas para regularizar a entrega.
- 5.4.12. O fornecimento do objeto será realizado de forma parcelada, mediante solicitação formal da Prefeitura Municipal de Coari, por meio da Secretaria requisitante, acompanhada da respectiva Autorização de Fornecimento.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, nas quantidades estimadas e qualidades previamente definidas, promovendo sua substituição quando necessário, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE:
- 5.5.1. Papéis nas gramaturas e especificações constantes nos itens contratados (offset, couchê, reciclado, cartão e similares);
- 5.5.2. Lonas vinílicas, vinil adesivo comum e/ou microperfurado, PVC, tecidos para sublimação e demais substratos previstos na descrição dos itens;
- 5.5.3. Tintas apropriadas ao processo de impressão (digital, offset, solvente, eco-solvente, UV ou sublimática), conforme o material a ser produzido;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

- 5.5.4. Equipamentos compatíveis com impressão digital e/ou offset em alta resolução, bem como máquinas de corte, encadernação, laminação e acabamento gráfico;
 - 5.5.5. Insumos e acessórios de acabamento, tais como ilhós, bastões, cordões, presilhas, crachás, colas, laminação, verniz e demais itens necessários;
 - 5.5.6. Embalagens adequadas para transporte e proteção dos materiais até a entrega definitiva.
- 5.6. Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, e atender às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.6.1. Para o adequado dimensionamento da proposta, os licitantes deverão considerar todas as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, incluindo tipo de material gráfico, formato, gramatura do papel, cores de impressão, acabamentos gráficos, quantidades estimadas, local e forma de entrega, bem como eventuais custos relacionados à produção, embalagem, transporte e demais encargos necessários à perfeita execução do objeto.
- 5.6.2. Para a contratação de serviços gráficos, são fundamentais a agilidade, qualidade na impressão dos materiais, pontualidade na entrega e acondicionamento adequado. Os serviços serão executados de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Coari, conforme a descrição/especificação dos itens.

Especificação da garantia do serviço

- 5.7. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.8. Durante o prazo de garantia, a contratada deverá substituir ou refazer, sem ônus para a Administração, quaisquer materiais gráficos que apresentem defeitos de impressão, falhas de acabamento, divergência em relação às especificações técnicas, erros de corte, dobra, encadernação ou qualquer outro problema que comprometa a qualidade ou a utilização do material.
- 5.9. A substituição ou correção dos materiais considerados inadequados deverá ocorrer no prazo máximo de 3 (três) dias, contados a partir da notificação formal da Administração.
- 5.10. A garantia abrange todos os custos necessários à correção das falhas identificadas, incluindo produção, materiais, transporte, retirada e nova entrega dos itens substituídos.
- 5.11. Caso seja constatado que os defeitos decorrem de erro na execução do serviço pela contratada, esta será responsável pela reposição integral do material, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital, contrato ou instrumento equivalente.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

- 6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.
- 6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

- 6.15. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 6.15.1. Verificação da conformidade dos materiais entregues com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na Autorização de Fornecimento;
 - 6.15.2. Conferência da qualidade da impressão, fidelidade de cores, acabamento, dimensões, gramatura e demais características técnicas dos itens solicitados;
 - 6.15.3. Controle do cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos, bem como registro de eventuais atrasos ou inconformidades para aplicação das medidas cabíveis
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

- 6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.20. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.20.1. Verificação da regularidade fiscal da contratada quando da liquidação da despesa;
 - 6.20.2. Conferência da nota fiscal e demais documentos necessários à instrução do pagamento;
 - 6.20.3. Controle de prazos contratuais, vigência e saldo da Ata de Registro de Preços;
 - 6.20.4. Registro de ocorrências administrativas que possam impactar a execução do contrato.

Gestor do Contrato

- 6.21. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
 - 6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

- 6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 6.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:
 - 6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
 - 6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto ocorrerá conforme o previsto disposto nesta seção.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
 - 7.2.1. não produziu os resultados acordados,
 - 7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
 - 7.4.1. O material entregue deverá estar em perfeito estado, sem amassos, dobras, riscos, ou seja, com a qualidade mínima exigida;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

7.4.2. A impressão deverá mostrar-se dentro dos padrões de qualidade e quantidade contratados.

7.4.3. Deixar de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

- 7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.21.1. o prazo de validade;
 - 7.21.2. a data da emissão;
 - 7.21.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.21.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.21.5. o valor a pagar; e
 - 7.21.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

- 7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 7.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 7.24.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até trinta dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (índice nacional de preços ao consumidor amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

- 8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

- 9.2. O regime de execução do objeto será empreitado por preço unitário.

Exigências de habilitação

- 9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl} \text{LG} = & \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{LC} = & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{array}$$

- 9.24. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido,



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.**

- 9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

- 9.28. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 9.28.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

- 9.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.30. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:
- 9.30.1. Quantidade compatível com o objeto da licitação;
- 9.30.2. Obedeceu ao prazo de entrega em outros órgãos/entes.
- 9.31. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 9.32. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já executou pelo menos 10% das quantidades descritas na proposta de preços apresentada nesta licitação.
- 9.33. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

- 9.34. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 9.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor
- 9.36. Os atestados deverão ser apresentados em papel timbrado de quem está emitindo (empresa privada ou órgão público), sempre que possuir;
- 9.37. Ser especificado os dados completos da empresa privada ou do órgão público emitente (razão social, CNPJ, endereço);
- 9.38. Conter a assinatura e dados do responsável (com carimbo se possível) que responda pela empresa ou órgão emitente;
- 9.39. Constar os dados da empresa atestada (razão social, CNPJ, endereço);

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

- 9.45. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
 - 9.45.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

- 9.45.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.45.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.45.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.45.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 9.45.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - 9.45.6.1. ata de fundação;
 - 9.45.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - 9.45.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 9.45.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - 9.45.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - 9.45.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
 - 9.45.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.
 - 10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos da seguinte Dotação Orçamentária:
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- 11.3. **UNIDADE:** 03.001– Fundo Municipal de Saúde.
- 11.4. **PROJ.ATIV.:** 2.044 – Encargos com a Atenção Básica à Saúde.
- 11.5. **PROJ.ATIV.:** 2.046 – Encargos com Programa de Vigilância em Saúde
- 11.6. **PROJ.ATIV.:** 2.047 – Encargos Com Programa do Teto Municipal de Média e Alta Complexidade.
- 11.7. **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- 11.8. **FONTE DE RECURSO:** 600 – Transferências Fundo A Fundo De Recursos Do Sus Provenientes Do Governo Federal – Bloco De Manutenção Das Ações E Serviços Públicos De Saúde.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

11.9. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

Coari/AM, 18 de março de 2026.

HELBER CÂMARA VIANA
Secretário Municipal de Saúde
Decreto Municipal de 27 de junho de 2025



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços

A: Prefeitura Municipal de Coari
Referente ao Pregão Eletrônico nº xxx/20xx - Registro Preço

Prezados senhores,
Apresentamos, em uma via, nossa proposta para xxxxxxxxxxxx, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

DADOS DO LICITANTE

Nome de Fantasia:						
Razão Social:						
CNPJ:				Optante pelo SIMPLES?		
Endereço:						
Bairro:				Cidade:		
CEP:				E-mail:		
Telefone:				Fax:		
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca/Modelo	Preço	
					Unitário	Total
01						
Valor por extenso (UNITÁRIO):						
Valor por extenso (TOTAL):						
Especificação:						
					GLOBAL DA PROPOSTA	
Valor por extenso (GLOBAL DA PROPOSTA):						

A empresa declara que:

Nos valores das propostas de preços estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transportes e acondicionamento em embalagens adequadas, conforme caso

- a) Atende todas as especificações, exigências técnicas mínimas, prazos de entrega ou de prestação, cronograma de execução e as respectivas quantidades, conforme caso;
- b) Caso seja vencedora no certame, submete-se a todas as condições estabelecidas neste Edital e na minuta do contrato que o integra, sob pena de rescisão unilateral do contrato.
- c) Declaração informando que nos preços incluem-se, além do lucro, todos os custos e despesas com tributos incidentes, materiais, serviços, **transporte terrestre e transporte fluvial (frete)** e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.
- d) Validade mínima da Proposta: **60 (sessenta) dias** a contar da data da apresentação dos envelopes de proposta de preços e de documentos para habilitação à Comissão Permanente de Licitação.
- e) Prazo de entrega / execução e demais especificações de acordo com as previsões do **Anexo I**.

_____, ____ de _____ de 20__



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026-PMC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026 - PMC

PROCESSO Nº XX/2026- SEMSA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026 - CCC

Validade da Ata: 12 (doze) meses

O MUNICÍPIO DE COARI, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Rua Genival Guerra, nº 09, Bairro: Duque de Caxias, CEP: 69.460-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.510.924/0001-54, neste ato representado pelo, senhor Secretário Municipal de Saúde, Sr. **HELBER CÂMARA VIANA**, nomeado pelo **DECRETO MUNICIPAL DE 27 DE JUNHO DE 2025**, publicado no dia 02 de julho de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º XX/2026- SEMSA, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2024, e demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto a, especificado nos itens do Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam, e, ainda, na documentação, nas propostas de preços, nos lances apresentados pelas Licitantes classificadas em primeiro lugar e os demais fornecedores que tiveram seus preços registrados para a formação de cadastro de reserva, a fim de atender ao quantitativo total estimado para a contratação, observado os preços das propostas vencedoras, visando contratações futuras.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

Fornecedor Beneficiário:, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N°, estabelecida na, n.º .., Bairro:, Cidade:, CEP:

EMP/CNPJ N°					
Item	Descrição	Unidade de Medidas	Quant.	Marca	Valor Unitário

2.2. Os preços a serem pagos ao FORNECEDOR serão os vigentes na data da ordem de fornecimento, independentemente da data da entrega dos materiais.

2.3. Os preços registrados constituirão a única e completa remuneração pelo, objeto desta Ata de Registro de Preço, incluído frete até os locais de entrega, a serem indicados pelo Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O Órgão Gerenciador será a Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado deste certame.

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- a) O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do Item 4.2

DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50 % (cinquenta) por cento** dos quantitativos do saldo dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item anterior, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços

VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.11 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços

CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, ou até existir saldo da Ata, a contar da data da assinatura, com eficácia legal após a data da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios e no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o artigo 84 da Lei 14.133/2021.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos

5.2 Nos termos do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, sempre que houver prorrogação da vigência desta Ata de Registro de Preços, poderá ser realizada, de forma concomitante, a renovação do saldo originalmente registrado, observado o quantitativo inicial e as condições estabelecidas no edital e na proposta.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada

CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação

CLÁUSULA SÉTIMA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligencia- rem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante com- provação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, a Administração Municipal convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosas

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado,



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, conforme o §3º do art. 28 do Decreto nº 11.462/2024

CLÁUSULA OITAVA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2024.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou

9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2024.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

CLÁUSULA DECIMA – DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2024).

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições

11.1.1. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente ata de Registro de Preços

11.1.2. integram esta Ata o Fornecedor Beneficiário do Registro de Preços, sua proposta e, ainda, o Edital de Pregão e seus anexos

11.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados por esta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata a Lei nº 14.133/2021

11.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei 14.133/2021



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

11.4. Os dirigentes e os agentes públicos que utilizarem o SRP digital responderão administrativa, civil e penalmente, na forma prevista na legislação aplicável, por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas

11.5. Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações do SRP digital e os protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas

11.6. A critério da Administração Municipal, a presente Ata de Registro poderá ser

11.6.1. Revogada, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta

11.6.2. Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado na defesa do interesse do serviço público e de acordo com a legislação vigente

11.7. Na contagem dos prazos deste edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, considerando se o expediente normal deste Órgão, de segunda a sexta - feira, salvo expressa disposição em contrário

11.8. Integram esta ARP, o edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026-CCC, e seus anexos, e as propostas das empresas:**CNPJ Nº**....., vencedoras do certame supramencionado

16.9. Os casos omissos serão dirimidos pelo Prefeito. A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais da Prefeitura Municipal de Coari e do Fornecedores Beneficiários

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito na Comarca de Coari - AM, para dirimir quaisquer questões oriundas decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços

12.2. E por estarem justas e compromissadas, assinam a presente Ata, para todos os fins de direito, as partes e as duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

12.3. Fica a administração autorizada a utilizar de meios alternativos de resolução de controvérsias na forma dos artigos 151 a 154 da Lei 14.133/2021

12.4. A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Município de Coari e do Fornecedores Beneficiários.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, em Coari/AM, XX de XXXX de 2026.

HELBER CÂMARA VIANA

Secretário Municipal de Saúde

Decreto Municipal de 27 de junho de 2025.

EMPRESA/CNPJ N°

EMPRESA/CNPJ N°



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

ANEXO IV – Minuta de Contrato

Minuta de Termo de Contrato
Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº 7677/2026 – SEMSA)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026, QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE COARI, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE –
SEMSA, E A EMPRESA _____.

A Prefeitura Municipal de Coari, situada na rua 05 de Setembro, 1000 - Centro, na cidade de Coari/AM, inscrito no CNPJ sob o nº 04.262.432/0001-21, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA, neste ato representada por seu Secretário Municipal, o Sr. HELBER CÂMARA VIANA, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, na cidade de _____/, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, portador(a) do CPF nº _____, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 7677/2026 – SMCC, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, decorrente do Pregão Eletrônico nº ____/2026 – Sistema de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

11. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

11.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços gráficos com fornecimento de material, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Coari/AM, nas condições estabelecidas no Edital nº XX/2026, no Termo de Referência e neste instrumento contratual.

11.2. Objeto da contratação:

ITE	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE	QUANTIDADE	VALOR	VALOR
-----	---------------	--------	---------------	------------	-------	-------



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

M			MEDIDA		UNITÁRIO	TOTAL
1						
2						
3						
...						

11.3. Integram este contrato, independentemente de transcrição:

- 11.3.1. o Termo de Referência;
- 11.3.2. o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026;
- 11.3.3. a Ata de Registro de Preços correspondente;
- 11.3.4. a proposta comercial da CONTRATADA;
- 11.3.5. os demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 5398/2025 – SMCC. O Termo de Referência;

12. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

12.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração e sejam mantidas as condições vantajosas para o Município.

12.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante justificativa da autoridade competente, quando o objeto não for concluído no período inicialmente estabelecido, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições contratuais.

12.3. A prorrogação de que trata o item anterior deverá ser formalizada mediante termo aditivo, observadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4. O CONTRATADO não possui direito subjetivo à prorrogação contratual.

12.5. A prorrogação do contrato dependerá, ainda, da comprovação de que o CONTRATADO mantém as condições de habilitação exigidas na licitação



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

13. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

13.1. O regime de execução contratual será o de empreitada por preço unitário.

13.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

13.2.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias da emissão de Ordem de Serviço pela Secretaria requisitante.

13.2.2. A execução dos serviços ocorrerá nas dependências da CONTRATADA, sendo que os materiais resultantes da prestação deverão ser entregues, de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Ordem de Serviço.

13.2.3. Para cada trabalho realizado, deverão ser observados os critérios de impressão definidos nas Ordens de Serviço, incluindo especificações técnicas, tiragens e prazos, em conformidade com as descrições dos itens constantes na tabela do Termo de Referência.

13.3. As regras de execução, fiscalização, recebimento, gestão e controle contratual encontram-se detalhadas no Termo de Referência, parte integrante deste contrato

14. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, salvo autorização expressa da Administração, nos termos do Termo de Referência.

15. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

15.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ _____ (_____), conforme planilha de preços constante do Termo de Referência.

15.2. Os valores unitários registrados incluem todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, frete, transporte, seguros, materiais, equipamentos e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

16. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

16.2. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação, mediante apresentação das seguintes certidões:

16.2.1. regularidade perante a Receita Federal e Dívida Ativa da União;

16.2.2. regularidade perante o FGTS;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

16.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

16.2.4. regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, quando aplicável.

16.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias.

16.4. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável, exceto quando a empresa for optante pelo Simples Nacional, mediante apresentação de declaração específica.

16.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

16.6. A Prefeitura Municipal de Coari reverterá 1% (um por cento) do valor total do pagamento, realizado pelo Município de Coari, relativo à aquisição de bens, à prestação de serviços de qualquer natureza, serviços e contratação de obras ao Fundo Municipal de Assistência e Desenvolvimento aos Pequenos Negócios de Coari - FUNAPEC em consonância com o art. 3º, I, da Lei Municipal n. 791, de 6 de março 2023

17. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação.

17.2. Após o interregno de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

17.3. O reajuste será realizado mediante apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1. São obrigações do CONTRATANTE:

18.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos.

18.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

18.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que sejam corrigidos, reparados ou substituídos às suas expensas.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

- 18.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor ou comissão designada, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 18.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo e condições estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.
- 18.1.6. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na legislação e neste contrato, quando cabível.
- 18.1.7. Emitir as Ordens de Serviço ou Autorizações de Fornecimento necessárias à execução do objeto.
- 18.1.8. Comunicar à CONTRATADAS eventuais alterações nas especificações ou demandas do serviço, quando necessárias à adequada execução contratual.

19. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais previstas no Edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora e na legislação aplicável:

- 19.1.1. Executar o objeto contratual em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade, condições de execução e prazos estabelecidos no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, neste Contrato e nas Ordens de Serviço emitidas pela CONTRATANTE;
- 19.1.2. iniciar a execução dos serviços no prazo fixado pela Administração, observado o marco previsto na Ordem de Serviço emitida pela Secretaria requisitante;
- 19.1.3. executar os serviços gráficos com fornecimento integral de materiais, insumos, mão de obra, equipamentos, ferramentas, tecnologia, transporte, embalagens e tudo o mais que se fizer necessário à perfeita execução do objeto, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;
- 19.1.4. realizar a produção dos materiais em suas próprias dependências, promovendo a entrega de forma parcelada, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, mediante emissão de Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento;
- 19.1.5. entregar os materiais no endereço indicado pela CONTRATANTE, atualmente na Estrada do Contorno, nº 1035, Bairro Duque de Caxias, Coari/AM, ou em outro local formalmente indicado pela Secretaria requisitante, nos horários estabelecidos pela Administração;
- 19.1.6. desenvolver, diagramar, ajustar e apresentar previamente à CONTRATANTE, sempre que exigido, a arte do material solicitado, em amostra física ou digital, no formato final, para análise e aprovação, somente podendo iniciar a produção definitiva após a anuência expressa da CONTRATANTE;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

- 19.1.7. confeccionar e imprimir o produto definitivo no prazo máximo definido no Termo de Referência, contado da aprovação da arte pela CONTRATANTE, salvo prazo diverso expressamente fixado na Ordem de Serviço;
- 19.1.8. ceder à CONTRATANTE, de forma definitiva, todos os direitos patrimoniais sobre as artes, layouts, matrizes, arquivos editáveis e demais criações desenvolvidas em decorrência da execução contratual, podendo a Administração utilizá-los, reproduzi-los, adaptá-los e reaproveitá-los sem restrições, preservados os direitos morais do autor, quando cabíveis;
- 19.1.9. garantir alta qualidade de impressão, nitidez, fidelidade de cores, clareza, legibilidade, acabamento adequado, resistência, integridade física e conformidade dimensional dos materiais produzidos, observadas as especificações de cada item;
- 19.1.10. fornecer apenas materiais novos, de primeira qualidade, compatíveis com as especificações do Termo de Referência, incluindo, entre outros, papéis, lonas, vinis, PVC, tecidos, tintas, insumos de acabamento, embalagens e acessórios;
- 19.1.11. disponibilizar equipamentos compatíveis com a execução do objeto, inclusive para impressão digital e/ou offset em alta resolução, corte, encadernação, laminação e acabamento gráfico, assegurando capacidade técnica e operacional suficiente durante toda a vigência contratual;
- 19.1.12. prestar todos os esclarecimentos técnicos solicitados pela CONTRATANTE, bem como oferecer suporte técnico e atendimento adequado às demandas da Secretaria requisitante;
- 19.1.13. cumprir rigorosamente as requisições emitidas pela CONTRATANTE, sendo vedada qualquer alteração de especificações, quantitativos, materiais, arte-final, prazos ou locais de entrega sem prévia e expressa autorização da Administração;
- 19.1.14. não substituir qualquer item contratado por outro diverso, salvo mediante justificativa técnica formal, demonstração objetiva de qualidade superior e aprovação prévia e expressa da CONTRATANTE;
- 19.1.15. responsabilizar-se integralmente pelo transporte, acondicionamento, carregamento, descarregamento e entrega dos produtos, adotando as cautelas necessárias para evitar danos, extravios, amassados, dobras, riscos, manchas ou quaisquer avarias;
- 19.1.16. manter a CONTRATANTE informada sobre o andamento das ordens de serviço e comunicar imediatamente, por escrito, qualquer fato superveniente que possa comprometer prazos, qualidade ou regularidade da execução, apresentando as medidas corretivas cabíveis;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

19.1.17. reparar, corrigir, remover, refazer, reconstruir ou substituir, às suas expensas e sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, no todo ou em parte, os materiais ou serviços que apresentem vícios, defeitos, falhas de impressão, divergência de especificação, erro de corte, dobra, encadernação, montagem, acabamento ou qualquer inadequação que comprometa sua utilização;

19.1.18. promover a substituição ou correção dos materiais rejeitados no prazo estabelecido pela Administração, observado o prazo máximo previsto no Termo de Referência, contado da notificação formal;

19.1.19. responder integralmente pela garantia dos serviços e materiais fornecidos, abrangendo todos os custos de retirada, nova produção, transporte, reentrega e demais despesas necessárias ao saneamento das falhas constatadas;

19.1.20. designar formalmente preposto para representá-la perante a CONTRATANTE durante a execução contratual, com poderes para receber notificações, prestar esclarecimentos, solucionar ocorrências e adotar providências imediatas, mantendo-o permanentemente acessível e comparecendo sempre que convocado pela fiscalização;

19.1.21. manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive regularidade fiscal, trabalhista, econômica e técnica;

19.1.22. arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários, tributários, civis e administrativos decorrentes da execução contratual, não transferindo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por tais obrigações;

19.1.23. fornecer a seus empregados, prepostos e colaboradores todos os equipamentos de proteção individual e coletiva necessários à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho;

19.1.24. adotar, durante toda a execução contratual, práticas de sustentabilidade ambiental, inclusive com utilização de papel com certificação de manejo florestal sustentável, tintas com menor impacto ambiental, destinação adequada de resíduos, coleta seletiva e observância das normas técnicas aplicáveis, podendo a CONTRATANTE exigir documentação comprobatória correspondente;

19.1.25. observar as normas da ABNT, ISO e demais padrões técnicos aplicáveis aos insumos, materiais e processos utilizados na execução do objeto;

19.1.26. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, inclusive por vícios de qualidade ou inadequação dos materiais empregados;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

19.1.27. atender prontamente às determinações da fiscalização e do gestor do contrato, inclusive quanto à correção de falhas, substituição de materiais, regularização documental e adequação da execução;

19.1.28. emitir nota fiscal em conformidade com a execução efetivamente autorizada, entregue e atestada, acompanhada da documentação exigida para fins de liquidação e pagamento;

19.1.29. guardar sigilo sobre informações, documentos, modelos, artes e conteúdos institucionais a que tiver acesso em razão da execução contratual, utilizando-os exclusivamente para o cumprimento do objeto;

19.1.30. não transferir a terceiros a execução integral do objeto contratado, admitindo-se apenas a subcontratação de parcelas acessórias ou especializadas, quando tecnicamente justificável, desde que previamente autorizada, por escrito, pela CONTRATANTE, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução, qualidade, prazos e obrigações contratuais perante a Administração.

19.2. A inobservância de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA às penalidades cabíveis, sem prejuízo da obrigação de reparar integralmente os danos causados e de promover a imediata regularização da execução contratual.

20. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

20.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato.

20.2. Os dados pessoais obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, observando os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e boa-fé.

20.3. É vedado o compartilhamento de dados pessoais com terceiros fora das hipóteses autorizadas em lei.

20.4. O término do tratamento dos dados deverá observar as disposições do art. 15 da LGPD, sendo obrigação da CONTRATADA eliminar os dados quando encerrada a finalidade que justificou seu tratamento.

21. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

21.1. Não será exigida garantia contratual para a execução do objeto, conforme previsto no Termo de Referência



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

22. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa o CONTRATADO que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, especialmente:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – dar causa à inexecução total do contrato;
- IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX – fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

22.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

22.3. A aplicação das sanções observará os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, considerando-se a gravidade da infração, os danos causados à Administração, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do CONTRATADO.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

22.4. As penalidades serão aplicadas mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme disposto nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.5. As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela Administração ou cobradas judicialmente, quando necessário.

23. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

23.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

23.2. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

23.3. A extinção poderá ocorrer:

- I – por ato unilateral da Administração;
- II – por acordo entre as partes;
- III – por decisão judicial.

24. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

24.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelo disposto nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

24.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

24.3. As alterações contratuais deverão ser formalizadas mediante termo aditivo, exceto nos casos que possam ser realizados por apostilamento.

24.4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

25. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Coari/AM, conforme a seguinte classificação orçamentária:

25.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

25.3. **UNIDADE:** 03.001– Fundo Municipal de Saúde.

25.4. **PROJ.ATIV.:** 2.044 – Encargos com a Atenção Básica à Saúde.

25.5. **PROJ.ATIV.:** 2.046 – Encargos com Programa de Vigilância em Saúde



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE COARI – CCC/PMC

25.6. PROJ.ATIV.: 2.047 – Encargos Com Programa do Teto Municipal de Média e Alta Complexidade.

25.7. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

25.8. FONTE DE RECURSO: 600 – Transferências Fundo A Fundo De Recursos Do Sus Provenientes Do Governo Federal – Bloco De Manutenção Das Ações E Serviços Públicos De Saúde.

25.9. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

26. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

26.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, nas normas gerais de direito administrativo.

27. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

27.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

28. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

28.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coari para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO